Aviso

Por despacho do presidente do conselho de administração do Instituto da Droga e da Toxicod dependência de 14 de Dezembro de 2005 e ratificado pelo Ministro da Saúde de 7 de Março de 2006:

Celebrado contrato de trabalho a termo certo, por urgente conveniência de serviço, com Vanessa Janine Naia Estenaga Barreto, para exercício de funções correspondentes a auxiliar de apoio e vigilância, pelo prazo de três meses, com início a 2 de Janeiro de 2006, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º-A, aditado ao Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, aditado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março.

Celebrado contrato de trabalho a termo certo, por urgente conveniência de serviço, com Abílio Domingues Fernandes Lisboa, para exercício de funções correspondentes a auxiliar de acção médica, pelo prazo de três meses, com início a 15 de Dezembro de 2005, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º-A, aditado ao Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, aditado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março.

Por despacho do presidente do conselho de administração do Instituto da Droga e da Toxicod dependência de 16 de Dezembro de 2005 e ratificado pelo Ministro da Saúde de 7 de Março de 2006:

Celebrado contrato de trabalho a termo certo, por urgente conveniência de serviço, com Rosa Maria dos Anjos Alves Vitorino, para exercício de funções correspondentes a auxiliar de acção médica, pelo prazo de três meses, com início a 20 de Dezembro de 2005, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º-A, aditado ao Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, aditado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março.

Por despacho do presidente do conselho de administração do Instituto da Droga e da Toxicod dependência de 19 de Dezembro de 2005 e ratificado pelo Ministro da Saúde de 7 de Março de 2006:

Celebrado contrato de trabalho a termo certo, por urgente conveniência de serviço, com Cláudia Maria Tavares Oliveira, para exercício de funções correspondentes a técnica profissional de 2.ª classe de apoio psicossocial, pelo prazo de três meses, com início a 2 de Janeiro de 2006, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º-A, aditado ao Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, aditado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março.

Celebrado contrato de trabalho a termo certo, por urgente conveniência de serviço, com Carla Alexandra Pinheiro Garra, para exercício de funções correspondentes a auxiliar de apoio e vigilância, pelo prazo de três meses, com início a 2 de Janeiro de 2006, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º-A, aditado ao Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, aditado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março.

(Não carecem de fiscalização do Tribunal de Contas.)

11 de Abril de 2006. — Pela Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, a Delegada Regional, *Paula Brum*. 3000203459

TRIBUNAIS**3.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE AVEIRO****Anúncio**

Processo n.º 5526/05.7TB AVR.
Insolvência de pessoa singular (requerida).
Credor — Ana Paula Kuski Vaz Osório.
Insolvente — Joaquim Carlos Almeida Ferreira.

Joaquim Carlos Almeida Ferreira, concelho de Espinho, bilhete de identidade n.º 3172026, com endereço na Urbanização de São Tiago, bl. 29, 1.º, F, Santiago, 3810-000 Aveiro.

Dr.ª Teresa Alegre, com endereço na Rua do Mercado, bloco 3, 2.º, direito, apartado 204, 3781-907 Anadia.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado, por decisão de 26 de Junho de 2006.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa insolvente (artigo 232.º, n.º 5, do CPC).

12 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, *Anabela Mochão Fontes*. — A Oficial de Justiça, *Fernanda Soutinho*. 1000303694

4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA**Anúncio**

Processo n.º 4004/06.ITBBRG.
Insolvência de pessoa colectiva (apresentação).
Insolvente — Rui, Jorge & Ferreira, L.ª
Efectivo com. credores — Instituto Gestão Financeira Segurança Social e outro(s).

Encerramento de processo

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:
Insolvente: Rui, Jorge & Ferreira, L.ª, número de identificação fiscal 502965207, com endereço na Rua de Diu, 138, 4710-234 Braga.

Administrador da insolvência: António Carlos da Silva Santos, com endereço na Rua dos Conselheiros Lobato, 259, 2.º, esquerdo, Braga, 4705-089 Braga.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa insolvente para satisfazer as custas do processo e as demais dívidas da massa insolvente.

Efeitos do encerramento — artigo 233.º, n.º 1, do CIRE:

a) Cessam todos os efeitos que resultam da declaração de insolvência, recuperando, designadamente, o devedor, o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão dos seus negócios, sem prejuízo dos efeitos da qualificação da insolvência como culposa e do disposto no artigo seguinte;

b) Cessam as atribuições da comissão de credores e do administrador da insolvência, com excepção das referentes à apresentação de contas e das conferidas, se for o caso, pelo plano de insolvência;

c) Os credores da insolvência poderão exercer os seus direitos contra o devedor sem outras restrições que não as constantes do eventual plano de insolvência e plano de pagamentos e do n.º 1 do artigo 242.º, constituindo para o efeito título executivo a sentença homologatória do plano de pagamentos, bem como a sentença de verificação de créditos ou a decisão proferida em acção de verificação ulterior, em conjugação, se for o caso, com a sentença homologatória do plano de insolvência;

d) Os credores da massa podem reclamar do devedor os seus direitos não satisfeitos.

14 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, *Marta Queirós*. — O Oficial de Justiça, *Romeu Ferreira Sardinha*. 3000211387

TRIBUNAL DA COMARCA DO ENTRONCAMENTO**Anúncio**

Processo n.º 380/06.4TBENT.
Insolvência de pessoa colectiva (requerida).
Credor — Fni — Fábrica Nacional de Iluminação, S. A.
Insolvente — Electro — M. Sousa e Construções, L.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência acima identificados

No Tribunal da Comarca do Entroncamento, Secção Única do Entroncamento, no dia 23 de Junho de 2006, pelas 15 horas e 40 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Electro — M. Sousa e Construções, L.ª, número de identificação fiscal 505142805, com endereço na Rua do Dr. Miguel Bombarda, 5-B, rés-do-chão, Entroncamento, 2330-017 Entroncamento, com sede na morada indicada e onde lhe foi fixado domicílio.

Para administrador da insolvência é nomeado Vítor Manuel Ramos, com domicílio na Urbanização Valverde, lote 41, loja A, Covinhas, 2400-022 Leiria.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado, o dia 23 de Agosto de 2006, pelas 15 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

7 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, *Carla Rafael*. — A Oficial de Justiça, *Maria Goreti Padrão P. Sousa*. 1000303263

TRIBUNAL DA COMARCA DE FERREIRA DO ALENTEJO

Anúncio

Processo n.º 51-H/2002.

Prestação de contas (liquidatário).

Liquidatário judicial — Dr. João Cortes Salvado Martinho.

Requerida — Soci-Roxo, Concentrados Alimentares, L.ª

O Dr. Carlos Martins Ferreira, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida Soci-Roxo, Concentrados Alimentares, L.ª, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPEREF).

11 de Julho de 2006. — O Juiz de Direito, *Carlos Martins Ferreira*. — A Oficial de Justiça, *Herminia Castanho*. 3000211403

TRIBUNAL DA COMARCA DE Fornos DE ALGODRES

Anúncio

Processo n.º 132/06.ITBFAG.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Credor — José António Leal dos Santos.

Devedor — Milc — Indústria de Mobiliário, L.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência acima identificados

No Tribunal da Comarca de Fornos de Algodres, Secção Única de Fornos de Algodres, no dia 10 de Julho de 2006, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Milc — Indústria de Mobiliário, L.ª, número de identificação fiscal 502512490, com endereço na Zona Industrial, Fornos de Algodres, 6370-128 Fornos de Algodres, com sede na morada indicada.

É administrador da devedora Francisco Martins da Cruz, casado, residente em Avenida da Corredoura, 8, Celorico da Beira, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. José Alberto Rodrigues Baptista, com domicílio na Rua de José Castilho, lote 16, 3.º, direito, Coimbra, 3030-301 Coimbra.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 14 de Agosto de 2006, pelas 14 horas, para a tomada de posse da comissão de credores, e o dia 14 de Setembro de 2006, pelas 15 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).